

A OCUPAÇÃO INFORMAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR: UMA ANÁLISE DAS DÉCADAS DE OITENTA E NOVENTA*

*Thaiz Braga***

Palavras-chave: *mercado de trabalho, ocupação informal, ocupação não-registrada.*

1 Introdução

O objetivo central deste estudo é a elaboração de um quadro da estrutura e dinâmica da ocupação informal na Região Metropolitana de Salvador nas décadas de oitenta e noventa. Na primeira seção o processamento das variáveis descritivas permite a identificação das características gerais do mercado de trabalho metropolitano, do qual se pretende extrair informações relevantes para a construção do painel sobre a informalidade na Grande Salvador. Na segunda parte do estudo são abordadas as principais evidências empíricas para os trabalhadores informais. A análise dos indicadores tem como finalidade a investigação da inserção da população ocupada no setor informal, segundo características individuais e a situação ocupacional, nos anos 1987/1989 e 1996/1999, com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED¹, caracterizando a ocupação informal em relação à ocupação não registrada².

* Este artigo é parte do projeto de dissertação realizado no Mestrado de Economia Social e do Trabalho do Instituto de Economia da UNICAMP, cujo título é Estrutura e Dinâmica da Ocupação Informal na Região Metropolitana de Salvador: Uma Análise dos anos 90.

** Economista, aluna do Mestrado em Economia Social e do Trabalho do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. E-mail: thaiz@dieese.org.br

¹ A PED é uma pesquisa domiciliar, de periodicidade mensal, sobre mão-de-obra e rendimento do trabalho, realizada na RMS a partir de um convênio entre o Governo do Estado da Bahia, através da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – (SEI), Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETRAS), em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), órgão da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado de São Paulo, e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisas semelhantes, do ponto de vista metodológico, também são realizadas nas seguintes regiões metropolitanas: São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Distrito Federal. Na grande Salvador a coleta de informações é feita através de entrevistas com os moradores de dez anos de idade ou mais, em 2.200 domicílios, resultando na aplicação de cerca de 7.000 questionários/mês, desde a sua retomada em 1996. A base de dados utilizada para investigação do mercado de trabalho regional neste estudo é composta de 91.528 entrevistas realizadas entre os meses de outubro de 1987 a dezembro de 1988, e 247.395 entrevistas realizadas no período de outubro de 1996 a dezembro de 1999. As amostras foram desenhadas como representativas do mesmo universo, em momentos distintos, quando foi aplicado o mesmo questionário para levantamento das informações. As duas amostras são metodologicamente compatíveis e permitem comparações de mudanças estruturais significativas entre os dois períodos.

² Os ocupados informais serão aqui representados pelos trabalhadores por conta própria, donos de negócio familiar, trabalhadores familiar sem remuneração salarial, empregados que recebem em espécie benefício, empregados que recebem exclusivamente por produção e empregados domésticos. Neste trabalho a ocupação não registrada é delimitada apenas pelos trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho assinada. Para a determinação do universo de estudo tomamos como base os estudos de SOUZA (1980a); CACCIAMALI (1983, 1989) e FAGUNDES (1992).

2 Estrutura do Mercado de Trabalho da Região Metropolitana de Salvador

A identificação, a partir dos dados da PED, dos movimentos mais gerais do mercado de trabalho regional no final das décadas de oitenta e noventa é de relevância para a construção do painel sobre a informalidade na medida em que este comportamento atinge diretamente as estratégias de sobrevivência da população metropolitana, além da composição do perfil do trabalhador informal.

Na análise dos dados agregados para a RMS, o mercado de trabalho regional caracteriza-se por uma estrutura ocupacional frágil, onde se destacam frequentemente as relações informais de trabalho, com a presença marcante de ocupações e atividades precárias que se reproduzem a partir de um processo crescente de exclusão social. A deterioração dos vínculos empregatícios entre os anos oitenta e noventa, as altas taxas de desemprego, além da queda dos rendimentos dos ocupados vem conformar o ajuste do mercado de trabalho metropolitano ao recrudescimento da crise no final da última década.

No final dos anos noventa, a partir da análise das taxas de participação e desemprego estimadas³, verifica-se que a taxa de atividade se mantém estável no período analisado, apesar do crescimento do número de desempregados. Do total da população economicamente ativa 60,0% pressiona o mercado de trabalho como ocupada ou desempregada. A investigação da taxa de participação mostra que o homem está mais presente na força de trabalho da RMS, independente do atributo considerado. Os novos padrões culturais e o empobrecimento das famílias vêm, no entanto, modificando este comportamento com o crescimento da taxa de atividade das mulheres. A análise dos dados relativos a participação segundo o sexo evidencia uma situação particularmente desfavorável para os homens, com queda da sua atividade em todos os atributos considerados.

Quando analisada a inserção no mercado de trabalho, seja como ocupado ou desempregado, os chefes de família representam o grupo populacional com maior queda da sua taxa de participação. Este movimento reflete a queda da participação de homens e mulheres, agravada pela crescente dificuldade de inserção do homem como ocupado no mercado de trabalho, diante do crescimento das taxas de desemprego e queda da

³ Taxa de participação é a relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA) e indica a proporção de pessoas com 10 anos ou mais incorporadas ao mercado de trabalho, como ocupados ou desempregados. A taxa de desemprego, por sua vez, é a relação entre o total de desempregados e a PEA.

atividade deste grupo populacional. Por fim, há uma diminuição da participação dos jovens no mercado de trabalho, representada estritamente pela queda da inserção do jovem homem, visto que a participação das mulheres nesta faixa etária se estabiliza. Ainda com base na disponibilidade para o mercado de trabalho o investimento em educação é um estímulo para maior inserção na PEA. As taxas de atividade por grau de instrução indicam que quanto maior o nível de instrução alcançado maior é a participação no mercado de trabalho. No período em análise a qualificação da força de trabalho melhorou de modo significativo, mas isso não implicou na redução do desemprego.

Tabela 1
Taxas de Participação dos Indivíduos de 10 anos e mais por Cor, Faixa Etária, Posição na Família e Grau de Instrução segundo Sexo
Região Metropolitana de Salvador
Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Atributos	Em porcentagem					
	Total	Total	Homens		Mulheres	
			Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99
Total	59,4	60,0	72,2	48,3	68,8	52,4
Cor						
Negra	60,1	60,7	72,5	49,1	69,4	53,1
Branca	55,9	56,8	70,5	44,7	65,9	49,5
Faixa Etária						
10 a 17 anos	24,4	20,9	32,0	17,3	24,5	17,4
18 a 24 anos	74,3	74,3	86,9	63,0	81,3	67,9
25 a 39 anos	80,6	84,1	95,7	67,3	94,3	75,5
40 anos e mais	56,4	55,8	73,2	43,4	70,3	44,7
Posição na Família						
Chefe	81,5	75,6	87,4	62,8	82,9	57,6
Cônjuge	50,2	57,1	70,5	49,9	77,4	56,6
Filho	46,7	48,7	54,8	38,1	53,1	44,2
Outra	59,8	58,5	69,7	54,3	63,5	55,5
Grau de Instrução						
Analfabeto	52,8	41,9	71,8	42,0	55,2	32,6
1o. Grau Incompleto	52,2	50,2	65,6	40,0	60,4	40,7
1o. Grau Completo	69,2	63,5	84,1	54,2	75,1	52,4
2o. Grau Incompleto	65,9	64,7	78,8	54,6	73,5	57,3
2o. Grau Completo	81,6	77,7	90,9	74,5	85,0	72,3
3o. Grau	82,1	81,2	86,6	77,9	83,5	79,3

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE
PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
Elaboração própria

Outra variável na análise da inserção na PEA é a taxa de desemprego. A taxa de desemprego total calculada para RMS no final dos anos noventa é de 24,3% da PEA, com um crescimento de 8,6 pontos percentuais em relação ao período anterior (15,7% no final da década de oitenta)⁴. Embora o desemprego no mercado de trabalho

⁴ As informações disponibilizadas pela PED permitem o cálculo do desemprego aberto e do desemprego oculto pelo trabalho precário ou desalento, o que se reflete nas taxas de desemprego total para a região.

metropolitano seja intenso e generalizado, indivíduos com atributos pessoais específicos são mais vulneráveis ao desemprego. Isso indica que o desemprego é maior entre as mulheres (27,6%), os negros (25,7%), os mais jovens (43,9%) e entre os indivíduos com baixa escolarização. Esta situação é especialmente dramática quando analisamos o caso das mulheres, independente do atributo especificado.

Tabela 2
Taxa de Desemprego por Cor, Faixa Etária, Posição na Família e Grau de Instrução segundo Sexo
Região Metropolitana de Salvador
Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Atributos	Em porcentagem					
	Total		Homens		Mulheres	
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/96-Dez/99
Total	15,7	24,3	13,9	18,1	22,5	26,4
Cor						
Negra	16,3	25,7	14,7	18,5	24,0	27,6
Branca	12,8	18,3	10,0	16,3	15,9	20,9
Faixa Etária						
10 a 17 anos	25,1	43,9	25,7	23,9	40,5	48,5
18 a 24 anos	24,8	36,7	20,8	29,8	34,5	39,2
25 a 39 anos	12,7	20,9	10,4	15,7	18,0	24,0
40 anos e mais	6,7	13,4	6,7	6,6	14,0	12,8
Posição na Família						
Chefe	8,5	15,4	8,1	10,0	14,9	17,0
Cônjuge	16,1	23,4	(1)	16,2	-	23,5
Filho	25,7	36,9	23,4	29,2	35,0	39,2
Outra	15,6	23,9	18,7	13,3	28,3	20,9
Grau de Instrução						
Analfabeto	10,1	20,6	12,3	8,0	23,2	17,6
1o. Grau Incompleto	17,2	28,7	15,9	19,1	28,0	29,6
1o. Grau Completo	17,7	28,7	13,7	23,9	24,5	34,5
2o. Grau Incompleto	22,5	33,9	15,4	31,6	27,1	41,1
2o. Grau Completo	13,7	19,6	10,0	17,1	15,1	23,5
3o. Grau	6,6	10,8	-	8,6	8,9	12,5

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE
PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Elaboração própria

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nos anos noventa, com o recrudescimento da crise econômica e o processo de reestruturação produtiva, a estrutura ocupacional da Região Metropolitana de Salvador é marcada pela perda de mobilidade dos indivíduos entre as situações ocupacionais no setor formal. A informalidade representa importante setor na estratégia de ocupação

Conforme metodologia utilizada pela PED o desemprego oculto pelo trabalho precário, ou desemprego com “bico” é dado pelas pessoas que realizam de forma irregular, ou seja, em caráter ocasional e eventual, algum trabalho remunerado (ou pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes) e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás. Enquanto o desemprego por desalento é representado pelas pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas procuraram efetivamente trabalho nos últimos 12 meses. Para maiores informações acerca da metodologia da PED ver SEADE/DIEESE, 1995.

local, sem absorver, no entanto, toda a mão-de-obra disponível, resultando no crescimento do desemprego de longo prazo, com destaque para o incremento do desemprego oculto pelo trabalho precário. Com um nível de desocupação total de aproximadamente $\frac{1}{4}$ da PEA, 7,0% engrossam a fila dos indivíduos que, pressionados pela necessidade de sobrevivência, são obrigados a desempenhar atividades precárias, ao mesmo tempo em que procuram um posto de trabalho. Este resultado pode ser visto como um indicador do menor grau de estruturação do mercado de trabalho regional, visto que em regiões onde o mercado de trabalho é pouco estruturado há maior facilidade de inserção em atividades precárias e de curta duração, que na verdade representam formas de desemprego disfarçado. As altas taxas de desemprego aberto associadas às taxas elevadas de desemprego oculto pelo trabalho precário, sugere a convivência de setores mais estruturados com pouca mobilidade para atividades precárias, com setores menos estruturados onde há maior facilidade de desenvolvimento dessas atividades.

Quando analisada a evolução das taxas de desemprego os dados mostram que o ajuste do mercado de trabalho se dá pelo crescimento do número de desempregados, independente do atributo considerado. Homens e mulheres são atingidos pelo desemprego, com crescimento das suas taxas de desocupação total em torno de 8 pontos percentuais, o que indica em parte, a manutenção das desigualdades na inserção no mercado de trabalho. Esta afirmação deve, no entanto ser relativizada, a partir da comparação dos dados de desemprego com aqueles referentes ao comportamento das taxas de participação.

Associada a estabilidade das taxas de participação o crescimento do número de desempregados sugere a queda da taxa de ocupação na RMS, que se reflete principalmente na destruição de postos de trabalho ocupados pelos homens, confirmada pela queda da sua atividade. Já, os altos índices de desocupação verificados para as mulheres são principalmente resultado da sua maior inserção no mercado de trabalho, principalmente como desempregadas.

No caso do chefe de família, a sua taxa de desemprego aumenta apesar da queda da sua taxa de participação, enquanto o incremento da taxa de desocupação dos demais membros da família é resultado de uma pressão maior sobre o mercado de trabalho. O crescimento da taxa de desemprego dos chefes de família implica, portanto, em um

problema social grave, configurado pela queda das oportunidades de ocupação dos responsáveis pela manutenção da maior parte da renda familiar.

Outro agravante que deve ser levado em consideração é que na RMS o estoque de desempregados não só é elevado, como a situação do desemprego tende a se tornar crônica para parcela significativa da PEA. Os dados da distribuição dos desempregados segundo faixas de tempo de procura de trabalho mostram que há um crescimento considerável daqueles que apresentam tempo de procura de trabalho superior a seis meses (de 37,2% no final dos anos oitenta, para 43,8% nos anos noventa).

Estes resultados irão afetar, como será visto adiante, o perfil da ocupação informal na Região Metropolitana de Salvador. A maior dificuldade de inserção dos homens e chefes de família, determina um deslocamento de parte desta população para atividades até então consideradas marginais e reservadas aos mais jovens, no seu primeiro contato com o mercado de trabalho, ou aos mais idosos, mulheres e indivíduos com baixo nível de qualificação e que não se encontram na posição de chefes de família.

Outra característica de destaque do mercado de trabalho metropolitano é a ampla incorporação da força de trabalho pelo setor de serviços. A análise do perfil setorial do emprego na RMS registra uma concentração da ocupação em torno dos setores de prestação de serviços pessoais, comércio de mercadorias (13,9%), serviços domésticos (10,5%) e serviços de reparação, lócus de inserção do trabalhador informal. A investigação da ocupação segundo o setor e o ramo de atividade deixa claro a importância do setor terciário na absorção da mão-de-obra regional. Os dados da PED mostram que na RMS o setor de serviços é responsável por 59,3% da ocupação enquanto o comércio responde por 17,0% da absorção da mão-de-obra regional, segmentos estes onde predominam relações de trabalho precárias e o exercício de atividades que se enquadram no espaço diversificado da chamada informalidade. O detalhamento dos ramos de atividade nos serviços permite identificar a distribuição dos ocupados segundo atividades mais tradicionais ou modernas. Os ramos de atividade que mais ocupam na RMS são: administração e utilidade pública (9,4%), outros serviços (7,5%), alimentação (7,3%), educação (7,4%) limpeza e outras (5,2%). O comércio de mercadorias é o principal responsável pela ocupação no setor comércio (13,9%), enquanto o comércio ambulante representa apenas 3,1% da ocupação total.

Na comparação dos dois períodos estudados, o comércio apresenta retração da ocupação. Como será visto adiante, a queda da participação dos trabalhadores autônomos para o público, em parte é resultado do decréscimo dos níveis de ocupação no comércio ambulante em função da queda do rendimento dos ocupados no período, além da intensa renovação tecnológica que também atinge o comércio formal. No setor de serviços, os subsetores com maior incremento da ocupação foram: limpeza, serviços especializados, alimentação, educação e saúde. A expansão de parte destes segmentos está fortemente vinculada à terceirização crescente destas atividades e a ocupação não registrada, além do incremento da demanda de serviços técnicos.

Por fim, os baixos rendimentos dos ocupados no mercado de trabalho regional vêm agravar ainda mais a deterioração das condições de inserção, afetando também as atividades realizadas pelos trabalhadores informais. A distribuição dos ocupados segundo classes de rendimento de salários mínimos detalha a situação dos trabalhadores em relação aos rendimentos do trabalho. Mais da metade (55,9%) dos ocupados ganhavam até 2 salários mínimos. Os dados mostram que apenas 7,6% da população ocupada ganhavam mais que 10 salários mínimos.

Estes números são agravados quando analisada a evolução da distribuição do rendimento real no trabalho principal. Cresce o número de ocupados que ganhavam até 1 salário mínimo, ao passo que diminui o percentual de ocupados nas demais categorias. O movimento é configurado principalmente pela piora da remuneração dos trabalhadores mais pobres que saem da categoria de até 2 salários mínimos para inserção na faixa de até 1 salário mínimo.

As condições de deterioração da inserção atingem homens e mulheres, configurando um mercado de trabalho mais precarizado no final dos anos noventa, no que diz respeito a remuneração, ocupação e desemprego. Estes movimentos, no entanto, prejudicam os homens com mais intensidade, determinando a diminuição das desigualdades entre os sexos, via aumento da precariedade da inserção masculina.

Tabela 3
 Rendimento Real Médio e Rendimento Real em Classes de Salário Mínimo dos Ocupados segundo Sexo
 Região Metropolitana de Salvador
 Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Rendimento Real	Em Reais					
	Total		Homens		Mulheres	
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/96-Dez/99
Rendimento Real Médio (1)	773	619	975	503	757	463
Rendimento Real em Classes de Salário Mínimo (2)						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1 Salário Mínimo	23,0	31,9	13,2	36,1	21,6	43,6
Mais de 1 até 2 Salários Mínimos	26,8	24,0	24,3	30,1	24,5	23,4
Mais de 2 até 5 Salários Mínimos	28,3	26,5	34,1	20,6	32,1	20,4
Mais de 5 até 10 Salários Mínimos	12,3	9,9	15,6	7,8	11,5	8,0
Mais de 10 Salários Mínimos	9,6	7,6	12,8	5,3	10,3	4,6

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE
 PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Elaboração própria

Nota: (1) Inflator utilizado - IPC da SEI. Valores em Reais de Dezembro de 2001.

Excluídos os Ocupados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores

Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Em porcentagem. Inflator utilizado - IPC da SEI. Valores em Reais de Dezembro de 2001.

Salário Mínimo utilizado é R\$180,00.

2.2 A Ocupação Informal na Região Metropolitana de Salvador

Nesta etapa do trabalho as categorias escolhidas para a análise da ocupação informal são submetidas a um maior grau de detalhamento possibilitando a investigação da heterogeneidade interna do setor informal na Região Metropolitana de Salvador⁵. Neste estudo serão abordadas duas formas básicas de inserção ocupacional, referida a exclusão dos empregos formais: as ocupações não assalariadas no trabalho por conta-própria, em

⁵ As categorias definidas como representativas da ocupação informal são: trabalhadores por conta própria para o público e para a empresa, donos de negócio familiar, trabalhador familiar, e empregado doméstico mensalista e diarista. Os empregados que ganham exclusivamente em espécie benefício não são investigados pela não significância estatística, e pela impossibilidade, dada a especificidade deste segmento, de agrupamento com qualquer outra categoria de participação na produção. Conforme a metodologia adotada na PED os trabalhadores por conta por conta-própria são assim divididos: trabalhadores por conta-própria para o público e para a empresa. Neste trabalho, na categoria dos trabalhadores por conta-própria para a empresa estão incluídos os trabalhadores que ganham exclusivamente por produção. A opção pelo agrupamento dos trabalhadores auto-ocupados para a empresa e aqueles que ganham exclusivamente por produção se deve em função da não representatividade estatística do segundo grupo para a investigação mais aprofundada, objeto deste estudo. Esta agregação é possível porque, conforme metodologia aplicada pela PED no levantamento dos dados, o empregado que ganha apenas por produção não possui vínculo empregatício formalizado em contrato de trabalho assalariado e, sim, através de contrato autônomo, havendo apenas o compromisso de entregar a produção no prazo determinado, podendo estar alocado em uma ou mais empresas. O pagamento é efetuado por unidade de produto ou serviço executado e não tem jornada de trabalho prefixada. Desta forma, no caso específico dos trabalhadores que recebem de acordo com a produção, trata-se de um segmento que consegue congrega a insegurança dos ganhos dos autônomos e a subordinação à lógica capitalista de produção. (SEADE/DIEESE, 1998)

pequenos negócios familiar, ou no emprego doméstico, e o emprego assalariado sem registro.

Na distribuição dos ocupados segundo as categorias de forma de participação na produção, o único segmento de análise da ocupação informal que sofreu variação positiva no período estudado foi o emprego doméstico. Cai a participação do trabalho autônomo e do número de trabalhadores familiar no total da ocupação regional. O percentual de donos de negócio familiar se mantém estável com uma representação pouco expressiva na geração de postos de trabalho.

Tabela 4
Distribuição dos Ocupados por Posição na Ocupação
Região Metropolitana de Salvador
Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Posição na Ocupação	Em porcentagem	
	Período	
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99
Total	100,0	100,0
Autônomo	26,3	24,2
Para o Público	20,8	19,4
Para a Empresa	5,4	4,7
Dono de Negócio Familiar	0,7	1,0
Trabalhador Familiar	2,6	2,0
Empregado Doméstico	9,4	10,5
Mensalista	8,2	9,5
Diarista	1,2	1,0
SubTotal	38,9	37,6
Assalariado	57,7	57,2
Com Carteira Assinada	32,5	30,3
Sem Carteira Assinada	8,0	11,0
Setor Público	17,3	16,0
Empregador	2,3	4,1
Microempresários	2,2	4,0
Pequenos Empresários	(1)	-
Grandes/Médios empresários	-	-
Outros (2)	1,0	1,0

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE

PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Elaboração própria

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

(2) Inclui Profissional Universitário Autônomo, Empregados que prestam serviço militar obrigatório, assistencial ou religioso com alguma remuneração, Empregados que recebem exclusivamente em espécie benefício e Assalariados que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

A pertinência do estudo da informalidade na RMS é dada por sua importância e volume para a ocupação da população metropolitana. Os dados da PED indicam a presença na RMS de um setor informal de dimensões consideráveis. Do total de ocupados

analisados 37,6% exercem ocupações que escapam da relação de assalariamento, e tem na informalidade sua principal fonte de renda e sobrevivência.

Em resumo, as evidências amostrais informam que a intensa transformação na estrutura produtiva regional, acelerada a partir dos anos 70, não foi capaz de provocar a incorporação do conjunto de trabalhadores à esfera do assalariamento capitalista, revelando a persistência de um espaço significativo para a atuação dos trabalhadores informais.

O percentual próximo a 40% informa pouco acerca da inserção destes indivíduos na estrutura produtiva, tanto do ponto de vista das condições de trabalho enfrentadas, quanto das características pessoais dos trabalhadores informais. Busca-se, portanto, identificar a possível heterogeneidade interna ao segmento informal, a partir do uso da categoria posição na ocupação e analisar a evolução do perfil do trabalhador informal na Região Metropolitana de Salvador, no período 1987/89-1996/99, ressaltando os efeitos da crescente precarização da inserção sobre a estrutura ocupacional.

A partir da investigação dos dados da PED, na Grande Salvador, a informalidade pode ser apreendida segundo dois fenômenos. De um lado, como condição temporária, própria dos primeiros contatos com o mercado de trabalho. Para muitos trabalhadores, entretanto, ela é uma condição permanente, que configura uma nova inserção no mercado de trabalho, diante do recrudescimento do desemprego. Outra característica da ocupação informal regional apreendida neste estudo é que esta não está limitado às atividades de subsistência dos indivíduos e das famílias, tipicamente associados a atributos específicos (jovens e mais idosos, indivíduos de baixo nível de instrução e de capacitação, e de cor preta), subemprego e aos baixos níveis de produtividade. Embora, o trabalho informal, seja caracterizado pela inserção precária, a informalidade não é obrigatoriamente sinônimo de marginalidade social, exclusão, ou pobreza, e na Grande Salvador ela pode vir a ser também uma estratégia bem sucedida de inserção e ascensão sociais, frente aos postos de trabalho assalariados. Em outras palavras, embora em menor proporção, as atividades informais podem abrigar trabalhadores e empreendedores socialmente integrados, inclusive do ponto de vista da renda pessoal.

Em uma primeira abordagem, e tomando-se o conjunto das informações concernentes à distribuição da população ocupada, como o descrito anteriormente, verifica-se a estabilidade da ocupação informal e o crescimento da economia não-registrada,

resultado do incremento do emprego sem registro em carteira e da queda da contribuição ao instituto da previdência social.

A hipótese levantada é a de que a crescente deterioração dos vínculos empregatícios tem como um dos seus determinantes a expansão do número de proprietários de pequenos negócios entre os anos oitenta e noventa. Na análise dos dados levantados a partir da PED o crescimento substancial da categoria empregador, que no final da década de oitenta representava apenas 2,3% do total da ocupação, passando a 4,1%, nos anos noventa, vem ratificar o incremento da economia não registrada, configurada no crescimento dos pequenos negócios a margem da regulação do Estado. Do total de empregadores 65,3%, possuem negócios ou empresas com até 5 empregados. Ao considerarmos aqueles proprietários de empresas com até 49 empregados⁶ atingimos a quase totalidade do universo estudado, com 97% da amostra, o que associado ao crescimento do número de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, leva a comprovação de que existe uma forte correlação entre pequenos negócios e emprego sem registro em carteira.

A precarização das condições de inserção a partir do crescimento da economia não registrada é também investigada na análise das informações referentes à contribuição a previdência social. Com exceção do emprego doméstico e dos trabalhadores familiares, todas as outras categorias de posição na ocupação diminuem a contribuição a previdência. A queda da contribuição a previdência é especialmente dramática no caso dos empregadores, donos de negócio familiar e trabalhadores autônomos. O trabalhador por conta-própria, núcleo da análise da ocupação informal, tem na retração à contribuição a previdência um dos principais elementos da deterioração das suas condições de ocupação, já bastante precárias na RMS. No final dos anos noventa, 86,3% dos trabalhadores autônomos não tinham acesso aos benefícios da previdência social, agregando à insegurança própria da atividade do trabalho por conta-própria, a exclusão dos direitos a aposentadoria, seguro desemprego, etc. No caso específico dos trabalhadores autônomos para o público, cuja contribuição já era bastante baixa, a sua participação é reduzida em quase a metade da observada no final dos anos oitenta (de 23,1% para 12,5%). Estas informações são relevantes para o estudo da precariedade da

⁶Para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SEBRAE, o tamanho da empresa/negócio é definido conforme o número de empregados do estabelecimento: até 5 empregados o empreendimento é classificado como microempresa, de 6 a 49 empregados, pequenas empresa, entre 50 e 99 trabalhadores, médias empresas, acima de 100 tem-se as grandes empresas.

ocupação informal na RMS visto que do total de ocupados por conta-própria 80,2% desenvolvem suas atividades para o público em geral, representadas principalmente por ocupações de baixa qualificação, e onde se estabelecem níveis de remuneração menores que aqueles encontrados para os autônomos para a empresa.

As afirmações acima parecem confirmar o movimento de deterioração das condições de inserção no mercado de trabalho metropolitano. Dessa forma, mesmo nos mercados de trabalho já bastantes fragilizados, do ponto de vista da inserção ocupacional, a heterogeneidade da ocupação vem avançando a partir do crescimento da economia não-registrada, seja a partir da ausência do registro em carteira, ou no declínio da contribuição ao sistema de seguridade social patrocinado pelo Estado.

No caso dos empregados domésticos, o crescimento da contribuição ao instituto da previdência social é um dos indicadores da maior regulamentação do setor, com variações positivas no emprego doméstico mensalista e diarista. Apesar de percentuais ainda pouco expressivos de contribuição (30,5%), esta é uma das categorias que merece destaque na análise, diante do seu comportamento diferenciado, e devido a sua representatividade na ocupação da população da RMS, quando comparada com as demais regiões metropolitanas brasileiras.

2.2.1 Perfil do trabalhador informal

Na análise da distribuição dos auto-ocupados⁷ segundo atributos pessoais verifica-se que na RMS este trabalhador é principalmente homem (59,1%), de cor negra (83,8%), com idade superior a 25 anos (79,9%), chefe de família (49,7%) e não migrante (96,5%). Tais características se repetem para a desagregação dos autônomos segundo o tipo de demandante do serviço: o público em geral ou as empresas.

Estes indicadores parecem fornecer uma descrição das características gerais da amostra utilizada neste estudo, repetindo-se entre os auto-ocupados os mesmos elementos descritivos da população ocupada total. Quando comparadas, no entanto, às proporções da ocupação total, verifica-se maior participação relativa dos negros, jovens de até 17 anos (6,0%), indivíduos de 40 e mais (40,1%), chefes de família e indivíduos com baixo nível de escolaridade, no total dos trabalhadores autônomos.⁸A investigação da

⁷ O trabalhador por conta-própria é identificado como a pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício, sozinho ou com sócio(s), ou ainda com a ajuda de trabalhador(es) familiar(es) e, eventualmente, com algum ajudante remunerado por prazo determinado. (SEADE/DIEESE, 1998)

⁸ Conforme os dados da PED, no final dos anos noventa, os negros respondiam por 80,3% da ocupação total, os chefes de família 44,3%, jovens 5,6%, indivíduos de 40 anos e mais e com até o 1º grau incompleto, 32,0% e 43,7%, respectivamente.

proporção do trabalho autônomo na ocupação destes segmentos populacionais vem confirmar a análise acima.⁹

Tabela 5
Distribuição dos Trabalhadores Autônomos segundo Sexo, Cor, Faixa Etária, Posição na Família, Tempo de Residência na RMS e Grau de Instrução
Região Metropolitana de Salvador
Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Atributos	Em porcentagem					
	Autônomo Total		Autônomo			
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Para o Público		Para a Empresa	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sexo						
Homem	55,7	59,1	50,8	56,2	74,8	71,1
Mulher	44,3	40,9	49,2	43,8	25,2	28,9
Cor						
Negra	86,8	83,8	87,6	84,9	83,8	79,3
Branca	13,2	16,1	12,4	15,1	16,2	20,7
Faixa Etária						
10 a 17 anos	10,4	6,0	9,0	5,3	15,9	9,0
18 a 24 anos	16,9	14,0	13,7	12,1	29,1	21,9
25 a 39 anos	36,9	39,8	37,6	39,7	34,2	40,3
40 anos e mais	35,8	40,1	39,7	42,9	20,8	28,7
Posição na Família						
Chefe	45,4	49,7	46,5	50,4	41,4	46,5
Cônjuge	23,9	22,2	27,4	24,4	10,3	13,1
Filho	23,2	21,2	19,4	18,9	38,0	30,7
Outra	7,5	7,0	6,7	6,3	10,2	9,7
Tempo de Residência RMS						
Até 3 anos	4,6	3,4	3,8	3,1	7,5	4,8
Mais de 3 anos	95,4	96,5	96,1	96,8	92,5	95,2
Grau de Instrução						
Analfabeto	13,9	8,1	15,6	9,2	7,4	3,5
1o. Grau Incompleto	63,9	50,5	64,4	52,7	62,0	41,0
1o. Grau Comp/2o Grau Incomp	11,5	15,7	10,8	15,1	14,3	18,1
2o. Grau Completo/3o Grau Incomp	9,5	22,6	8,4	20,6	14,1	31,1
3o. Grau Completo	(1)	3,2	-	2,4	-	6,3

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE
PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Elaboração própria

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Este padrão de inserção é modificado na investigação dos dados levantados para os trabalhadores autônomos que trabalham para uma ou mais empresas. Avaliando os dados da tabela 5 percebe-se que os trabalhadores com maior nível de instrução encontram-se relativamente mais presentes no trabalho autônomo para a empresa. Os homens estão sobre-representados nesta categoria ocupacional (71,1%), além da maior participação de brancos (20,7%), jovens (20,7%) e filhos (30,7%)¹⁰.

Diante dos resultados encontrados, uma das conclusões a que podemos chegar é a de que os trabalhadores autônomos, que exercem sua atividade para o público em geral, apresentam como requisito básico da sua inserção a experiência adquirida no exercício

⁹ O trabalho autônomo respondia, no final dos anos noventa, por 24,1% do total da ocupação na RMS. Quando analisada a participação dos homens este percentual eleva-se para 26,3% do total da ocupação masculina, 25,2% entre negros, 25,9% e 30,3% entre indivíduos mais jovens e mais velhos, 27,1% e 28,7% entre chefes e cônjuges, e finalmente, 31,2% para os indivíduos com o 1º grau incompleto.

¹⁰ A maior participação dos jovens no trabalho autônomo para a empresa parece também resultar do agrupamento na amostra de trabalhadores por conta-própria e trabalhadores que ganham por produção.

da ocupação ou a partir de atividades que lhe possibilitem as habilidades necessárias ao desempenho da função. A população mais velha é proporcionalmente maior entre os trabalhadores por conta-própria para o público, enquanto os mais jovens encontram melhores oportunidades como trabalhadores autônomos para uma ou mais empresas.

A investigação da evolução da ocupação por conta-própria entre o final dos anos oitenta e final da década de noventa mostra um crescimento da participação dos homens entre os auto-ocupados, representado, sobretudo pelo incremento da sua ocupação entre os trabalhadores autônomos para o público. Este movimento é distinto daquele observado quando da análise dos dados referentes às mulheres. No final da década de noventa as mulheres estão mais presentes no trabalho autônomo para a empresa. No que diz respeito as características pessoais verifica-se o envelhecimento do trabalhadores autônomos para a empresa e para o público, acompanhando o envelhecimento da PEA, maior participação dos brancos nas duas categorias de análise¹¹, e maior importância do trabalho autônomo para os chefes de família, e cônjuges, no caso do trabalho autônomo para a empresa. Outro fator que mostra a necessidade de maior experiência acumulada entre os trabalhadores autônomos é o decréscimo do percentual dos migrantes, sugerindo a necessidade de mais amplo conhecimento do mercado, para inserção nesta categoria ocupacional.

A mudança no padrão de ocupação no trabalho autônomo no período analisado é observada a partir da diminuição deste segmento na absorção da mão-de-obra feminina, de negros, jovens e trabalhadores menos escolarizados. A queda do número de trabalhadores autônomos para a empresa e para o público, está configurada na migração das mulheres para o emprego sem registro e para o emprego doméstico, visto que o trabalho por conta-própria continua sendo importante fonte de ocupação para os homens, com crescimento no período. Os dados mostram que a incidência do trabalho por conta própria cresce apenas para os homens, chefes de família e os indivíduos como maior grau de escolaridade, e para os indivíduos da faixa etária acima de 25 anos. Este movimento vem comprovar uma maior diversificação da auto-ocupação, ao mesmo tempo em que resulta na crescente precarização da inserção destes indivíduos.

¹¹ A maior inserção dos brancos deve, no entanto, ser vista com cautela. Os dados da PED mostram um crescimento do número de pessoas brancas na PEA, resultando na maior presença deste grupo populacional nas diversas categorias de posição na ocupação. O percentual do número de brancos na PEA passa de 16,0% para 18,2%, entre os anos oitenta e noventa. Este movimento acompanha as modificações encontradas na População em Idade Ativa da RMS.

A distribuição dos donos de negócio familiar¹² e trabalhadores familiares¹³ sem remuneração salarial apresentam algumas especificidades que merecem destaque. Há uma maior concentração de homens entre os donos de negócio familiar, negros, pessoas na faixa etária acima de 40 anos, chefes de família e não-migrantes. Apesar do número maior de negros entre os donos de negócio familiar este resultado reflete a composição da PEA. A análise dos dados referentes a distribuição do total de ocupados segundo a cor mostra uma maior participação relativa dos brancos nesta categorial ocupacional. O percentual de brancos é de 28,1%, e, portanto, mais elevado que a proporção de brancos na ocupação total (19,6%), o que confirma que estes estão relativamente mais presentes entre aqueles que tem a posse de um negócio de gestão familiar. Para as demais agregações a distribuição dos ocupados mostra-se mais equilibrada, quando comparado às proporções da ocupação total. A investigação segundo o grau de instrução revela uma expressiva melhora da escolaridade dos donos de negócio familiar, com crescimento da concentração nas faixas de escolaridade 2º grau completo e 3º grau incompleto. Já os trabalhadores familiares são na sua maioria jovens, filhos, com baixo nível de escolaridade, resultado da sua menor idade.

A distribuição dos empregados domésticos deixa claro uma sobre-representação de mulheres e negros entre os trabalhadores domésticos mensalistas e diaristas. A participação dos jovens no emprego doméstico é decrescente, acompanhando o movimento da PEA e a crescente regulamentação do segmento, mas ainda há uma concentração importante dos indivíduos na faixa etária de 18 a 24 anos. Apesar do maior número de empregados domésticos na faixa etária de 25 a 39 anos, as crianças e adolescentes (10 a 17 anos) e os jovens (18 a 24 anos) estão proporcionalmente mais presentes nas atividades realizadas no domicílio (10,4% e 30,8%, respectivamente). O percentual de trabalhadores mais velhos se eleva na análise da distribuição dos empregados domésticos diaristas segundo a faixa etária. Ainda com base na distribuição do total de ocupados a inserção do migrante (15,9%) no emprego doméstico é

¹² Tal qual definido pela metodologia da PED, o dono de negócio familiar é o indivíduo que gerencia um negócio ou uma empresa de sua propriedade exclusiva ou em sociedade com parentes, podendo haver situações nas quais trabalhem um ou dois empregados de forma permanente e remunerados. Esse indivíduo diferencia-se do trabalhador por conta-própria porque seu negócio é mais formalizado (requer licença e algum tipo de capitalização) e nunca trabalha sozinho. Diferencia-se também do empregador, já que pode ter no máximo, de forma permanente, dois empregados remunerados (SEADE/DIEESE, 1998).

¹³ Trabalhador familiar é o indivíduo que exerce uma atividade econômica em negócios de parentes, sem receber um salário como contrapartida, podendo, no entanto, receber uma ajuda de custo em dinheiro ou mesada (SEADE/DIEESE, 1998).

proporcionalmente maior do que aquela encontrada para as demais categorias ocupacionais. Outro indicador de destaque é a maior participação dos trabalhadores com até o 1º grau completo entre os trabalhadores domésticos, indicando a precariedade da inserção. Concluindo, o empregado doméstico na RMS é principalmente mulher (93,3%), negro (92,6%), migrante (83,9%), com baixo nível de escolaridade, destacando-se a desproporcionalidade da inserção do jovem de até 24 anos, e do migrante nesta categoria ocupacional.

A comparação da inserção dos trabalhadores informais na RMS é feita com os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada. O emprego sem registro apresenta crescimento no período, passando de 8,0% para 11,0% do total da ocupação no mercado de trabalho regional. Analisando os dados da PED pode-se perceber que os homens (65,1%), jovens (39,1%), negros (83,2%), e filhos (45,2%) estão relativamente mais presentes no emprego sem registro em carteira, visto que o percentual destes grupos populacionais é mais elevado neste segmento que a proporção encontrada na ocupação total. Os chefes de família respondem por grande parte da ocupação não registrada apresentando números crescentes para o período (23,4% e 30,6%, entre os anos oitenta e noventa), mas o assalariamento sem carteira é atividade reservada principalmente para os filhos, quando analisada a distribuição segundo a posição na família. Outro indicador de destaque é a maior presença de crianças e adolescentes (13,7%) e migrantes (6,9%) entre os trabalhadores sem carteira assinada¹⁴. Por fim o assalariamento sem registro também é característica da inserção dos trabalhadores com baixo grau de instrução. Cabe destacar, no entanto, que, assim como para o conjunto dos ocupados, há uma melhora do nível de escolaridade entre os empregados sem carteira de trabalho assinada. Do ponto de vista da evolução no período considerado há um crescimento das mulheres, brancos e da população mais velha nesta categoria ocupacional. Um ponto de destaque é o crescimento do emprego precário na ocupação dos chefes de família.

A comparação da distribuição dos trabalhadores informais com aqueles sem registro em carteira mostra a maior inserção dos homens e dos jovens no emprego sem registro, além de um maior nível de escolaridade dos indivíduos inseridos nesta categoria ocupacional.

¹⁴ Na distribuição dos ocupados segundo os atributos pessoais a população de 10 a 17 anos correspondia a 5,6% do total de ocupados, enquanto os migrantes apresentavam apenas 3,4% da ocupação.

Focalizando os dados da inserção na atividade informal segundo a idade é possível desenhar uma trajetória da informalidade, onde o ingresso precoce no mercado de trabalho dá-se prioritariamente através das ocupações não-registradas, com trabalhadores tendendo a se transferir para empregos formalizados a medida que avançam para a fase adulta, retornando posteriormente, ao desempenho de atividades informais.

2.2.2 Informalidade, ocupação e condições de trabalho

Tentando captar a heterogeneidade interna do segmento informal na economia metropolitana são observadas mais detalhadamente as categorias de inserção na produção, promovendo algumas desagregações permitidas pela PED. Inicialmente é investigada a distribuição dos trabalhadores autônomos, donos de negócio familiar e trabalhadores familiares segundo o local de exercício da atividade. Foi constatada no estudo empírico a existência de importantes fatores de diferenciação entre as formas de inserção produtiva no âmbito da própria informalidade. No caso específico dos trabalhadores autônomos a investigação do grau de capitalização permite a avaliação dos requisitos materiais necessários para o trabalho por conta-própria, explicitando algumas das barreiras impostas ao exercício da atividade produtiva. Aqui está explícita a rejeição da noção de setor informal relacionada com a facilidade de entrada, cuja principal função seria a absorção da mão-de-obra sobrando e desqualificada. Em síntese, está-se admitindo a possibilidade de existência de diferentes graus de facilidade à entrada. Dessa forma, os dados referentes ao local de exercício da atividade constituem um importante indicador do grau de capitalização da atividade ou negócio dos ocupados informais.

Os dados captados pela PED revelam que os trabalhadores por conta-própria que prestam seus serviços diretamente para o consumidor em sua maioria exercem suas atividades sem instalações fixas, mas possuem equipamentos específicos para o exercício da função (29,8%), ou trabalham na própria residência em cômodo não adaptado (20,0%). Na comparação entre os anos oitenta e noventa, verifica-se uma mudança da inserção deste trabalhador, com incremento do percentual daqueles que trabalham na residência em cômodo adaptado, fora da residência em construções mais formalizadas, ao mesmo tempo em que se consolidam as atividades que não exigem instalações fixas. A manutenção de um espaço reservado exclusivo para a do trabalho revela a intenção do indivíduo fixar-se na atividade por conta-própria, em detrimento de

uma atividade assalariada. Já o trabalhador autônomo para a empresa está principalmente alocado fora da residência (70,5%), com um percentual mínimo daqueles que trabalham em casa (6,9%). Há, no entanto, crescimento do número de trabalhadores por conta-própria para uma ou mais empresas que não possuem instalações fixas (22,0%).

Por fim, quase que a totalidade dos donos de negócio familiar e dos trabalhadores familiares exercem suas atividades fora da residência, o que sugere maior capitalização do negócio a que estão ligados. A análise mais detalhada mostra que apesar de vir crescendo a organização do negócio, do ponto de vista do grau de capitalização, os donos de negócio familiar trabalham na sua maioria (86,5%) apenas com familiares ou sócios. A propriedade de um negócio mais estruturado, ou estabelecimento exige um volume maior de recursos restringindo a possibilidade de inserção de grande parte dos trabalhadores por conta-própria.

Por fim, com base na investigação da especificidade da inserção do trabalhador por conta-própria na atividade produtiva, a desagregação dos dados referentes ao número de ajudantes utilizados para o exercício da ocupação, mostra que os trabalhadores autônomos para o público operam em pequena escala ou pequenos estabelecimentos, frequentemente sozinhos (76,6%), com um percentual decrescente daqueles que exercem suas atividades com a ajuda de familiares e/ou sócios, no período considerado.

Um fator adicional importante para caracterizar o trabalho por conta-própria é o grau de autonomia no exercício da atividade produtiva. Uma aproximação da investigação do nível de subordinação do trabalho autônomo pode ser realizada a partir da análise do tipo de demandante do serviço (o público em geral ou uma ou mais empresas) e a propriedade dos instrumentos de trabalho utilizados para exercício da atividade. Entre aqueles que trabalham para o público em geral 70,3% são proprietários dos seus instrumentos de trabalho, contra apenas 33,1 % dos trabalhadores autônomos para a empresa, o que implica um alto grau de subordinação destes trabalhadores, conformando, muitas vezes uma relação assalariamento disfarçado.

2.2.3 Setor de atividade

O perfil setorial da auto-ocupação na RMS é apresentado a seguir. Os setores de serviços e comércio respondem por 88,8% do total da ocupação entre os trabalhadores por conta-própria. No setor de serviços este trabalhador é encontrado principalmente nas atividades de alimentação (13,4%), limpeza (11,7%) reformas e reparação de

edificações (8,2%), transportes (6,3%), revelando uma participação proporcionalmente maior que aquela encontrada para o total dos ocupados na RMS¹⁵.

O trabalho autônomo realizado para uma ou mais empresas apresenta algumas especificidades que merecem ser destacadas. A concentração destes trabalhadores se dá principalmente nos serviços auxiliares (10,1%), transportes (6,8%) e serviços especializados (6,5%). Destaca-se ainda a maior participação desta categoria ocupacional no setor industrial (7,5%), quando comparada à proporção apresentada para os trabalhadores por conta-própria para o público. Os trabalhadores autônomos para o público estão principalmente nos subsetores alimentação (15,2%), limpeza e outras (13,7%), reformas e edificações (9,1%) e transportes (6,1%). No que se refere à ocupação no comércio os trabalhadores autônomos para a empresa estão sobre-representados nas atividades de comércio de mercadorias (17,2%), com menor incidência no comércio ambulante (6,9%).

Na análise da evolução verifica-se o incremento da participação dos trabalhadores autônomos na indústria de transformação (3,6% no final dos anos oitenta, e 4,4% nos anos noventa), nos serviços de reformas e reparação de edificações (de 4,5% para 8,2%), limpeza (3,9% e 11,7%, respectivamente), transportes (4,0% e 6,3%), serviços especializados (1,6 e 3,5%) e, finalmente, no subsetor alimentação, onde os autônomos aumentam a sua ocupação de 8,2% para 13,4%. Os subsetores de reforma, alimentação e limpeza são segmentos que exigem um volume pequeno de capital, local privilegiado para a inserção dos trabalhadores por conta-própria para o público em geral que, possuindo seus próprios instrumentos de trabalho ou utilizando aqueles fornecidos pelos contratantes, exercem seu ofício atendendo diretamente as demandas por pequenos serviços.

Inicialmente a distribuição dos trabalhadores sem registro parece não diferir muito daquela verificada para os trabalhadores por conta-própria. Estes estão alocados principalmente no setor de serviços (58,8%), que agrega grande parte da população ocupada, com maior concentração nas atividades de alimentação (12,1%), educação (6,6%), seguidas dos serviços auxiliares (5,3%), especializados (5,3%) e oficinas de reparação mecânica (5,1%). A análise dos dados da distribuição do total de ocupados revela, no entanto, que os empregados sem carteira de trabalho assinada encontram-se

¹⁵ Na distribuição setorial do total de ocupados na RMS no final dos anos noventa são encontradas as seguintes proporções: alimentação (7,3%), limpeza (5,2%), reforma e reparação de edificações (2,3%) e transportes (4,3%).

relativamente mais presentes apenas nos subsetores oficinas, serviços especializados, alimentação e serviços auxiliares. Chama a atenção a maior participação proporcional do emprego sem registro no total da ocupação da indústria, construção civil e comércio de mercadorias. Os dados parecem evidenciar um padrão de inserção diferente daquele encontrado para os auto-ocupados. Os empregados sem carteira assinada são proporcionalmente mais representativos nos setores de comércio, infra-estrutura e produção em detrimento do setor de serviços.

Finalmente, a observação da taxa de informalização¹⁶ no período mostra o crescimento do número de trabalhadores informais apenas na indústria de transformação, com retração nos demais setores analisados. A maior retração é verificada na construção civil que vem apresentando decréscimo dos seus índices de ocupação com maior penetração do trabalho sem registro em carteira.

2.2.4 Jornada de trabalho

No que diz respeito à jornada de trabalho há uma melhora da inserção. Verifica-se a queda da jornada de trabalho a partir da análise dos dados referentes às horas semanais médias trabalhadas pelos ocupados e assalariados. Este movimento é resultado, em grande parte, da mudança na regulamentação da jornada de trabalho¹⁷.

Os trabalhadores autônomos para o público têm uma jornada média de trabalho maior que a apresentada para os trabalhadores por conta-própria para a empresa (42 e 40 horas/semana, respectivamente). Do ponto de vista da jornada de trabalho há, no entanto, crescimento da precariedade da inserção para os trabalhadores autônomos para o público em geral, donos de negócio familiar e trabalhadores familiar sem remuneração salarial, no período considerado. Entre os ocupados informais, apenas os trabalhadores autônomos para a empresa e empregados domésticos têm decréscimo do número de horas trabalhadas em média na semana, o que indica a maior formalização do setor para os empregados domésticos, além do maior grau de subordinação para os conta-própria para a empresa.

Na comparação entre as categorias componentes da ocupação informal e ocupação sem registro, verifica-se que os empregados sem carteira de trabalho assinada apresentam

¹⁶ Taxa de Informalização é a relação entre os trabalhadores informais (trabalhador por conta-própria para o público e para a empresa, empregado doméstico mensalista e diaristas, trabalhador familiar sem remuneração salarial e dono de negócio familiar) e o total de ocupados.

¹⁷ Após a promulgação da Constituição de 1988, a jornada de trabalho no Brasil, que era de 48 horas/semana, foi reduzida para 44 horas/semana, com flexibilidade para aquelas atividades específicas, que exigem regulamentação especial (digitação, atividades com equipamento radioativo, etc).

jornadas de trabalho um pouco menos intensas (42 horas/semana) que aquelas verificadas para a maioria dos trabalhadores informais (44 horas/semana).

Uma elevada irregularidade do número de horas trabalhadas, com elevadas frequências relativas nas maiores e menores faixas, parece explicar a concentração de trabalhadores informais entre os ocupados que trabalham 20 horas/semana ou menos e entre aqueles com jornadas de trabalho acima de 48 horas/semana. Entre os ocupados por conta-própria 24,5% trabalhavam até 20 horas na semana, contra 13,6% dos empregados sem carteira de trabalho assinada. Os dados revelam ainda que as cargas superiores a 48 horas ocorrem para 34,4% dos auto-ocupados, e para 27,1% dos empregados sem contrato formal de trabalho, no final dos anos noventa. Entre os trabalhadores por conta própria para a empresa há uma menor dispersão em torno da jornada legal de trabalho, dos quais 29,4% trabalham mais que 48 horas na semana. As jornadas são mais extensas para os trabalhadores autônomos para o público (35,6% têm jornada acima de 48 horas semanais).

A análise do número de horas trabalhadas, em alguns casos, tem que ser feita com cautela, em função da mensuração acontecer com base na jornada no trabalho principal. Destaca-se como uma das características do trabalhador autônomo o acúmulo de diversas atividades. Entre os trabalhadores autônomos na RMS, no entanto, apenas 8,9% possuem trabalho adicional, o que leva a conclusão da precariedade da inserção, revelada no baixo percentual de trabalhadores autônomos com jornadas de trabalho próximas àquela fixada institucionalmente.

Os empregados domésticos, por sua vez, estão em sua maioria entre os que trabalham acima de 48 horas semanais (47,8%), com destaque para os empregados domésticos mensalistas (52,6%). Entre os diaristas 60% trabalham 20 horas semanais ou menos.

2.2.5 Ocupações

As principais ocupações dos trabalhadores por conta-própria para o público se concentram, sobretudo, nas atividades de vendedores ambulantes (baleiros, sorveteiros, feirantes, doceiros, etc.), vendedores de jornais e revistas, com 26,1% do total das ocupações, além dos trabalhos fornecidos a domicílio (pedreiros, lavadeiras, passeadeiras), e trabalhadores em atividades em serviços (garçons, copeiros, atendentes de bar, barbeiros, cabeleireiros, esteticistas, alfaiates, costureiros) e trabalhadores na construção civil (trabalhadores braçais e operadores de máquinas/tratoristas).

Entre os trabalhadores para a empresa destacam-se também os vendedores ambulantes: vendedores de jornais e revistas; baleiros, sorveteiros, feirantes, quitandeiros (agregando 21,2% dos ocupados). A diferenciação na inserção ocupacional é dada pelo percentual de representantes comerciais, corretores de imóveis, seguros, etc.

Para os empregados sem carteira assinada destacam-se os trabalhadores braçais, vendedores de jornais e revistas, estagiários, garçons, copeiros, atendentes de bar, balconistas no comércio e faxineiros e serventes.

Por fim, as ocupações informais abrangem um leque variado de atividades, que se estende desde as esferas tradicionais, que mantêm seu modo convencional de operação, até atividades modernas. Se algumas atividades organizadas de maneira não tipicamente capitalista são ocupações instáveis, exercidas sob condições de trabalho inadequadas pelos menos qualificados entre os trabalhadores, e que dão acesso irregular a uma renda de mera sobrevivência física, isto não é verdadeiro para a totalidade das atividades auto-organizadas. Estas englobam também ocupações regularmente exercidas por trabalhadores qualificados, que delas retiram uma renda relativamente elevada face a média de salários vigentes no mercado de trabalho, e que desempenham suas funções sob condições de trabalho satisfatórias. O setor informal é, desta forma, suficientemente heterogêneo para ser associado apenas a atividades de baixos requerimentos de capital e capacitação, além da vinculação do setor à pobreza.

2.2.6 Rendimento

A análise dos rendimentos segundo atributos pessoais confirma os resultados já apresentados para a análise da distribuição. Mulheres, negros, jovens, migrantes e indivíduos menos escolarizados, têm menores rendimentos entre os autônomos, apesar da maior incidência deste tipo de trabalho nestas categorias populacionais. Entretanto, para o total de trabalhadores autônomos os mais bem remunerados são os homens, brancos, de 40 anos e mais, chefes de família e os mais escolarizados. Considerando o tipo de demandante de serviço, os trabalhadores autônomos para a empresa estão mais bem inseridos, do ponto de vista do rendimento, independe do atributo pessoal analisado. O rendimento dos trabalhadores autônomos para o público representa cerca de 57% do valor recebido pelos autônomos para a empresa. Essas diferenças são maiores entre os brancos (51,4%), trabalhadores com 40 anos e mais (39,2%).

Tabela 6
Rendimento Real Médio (2) dos Trabalhadores Autônomos segundo Sexo, Cor, Faixa Etária, Posição na Família, Tempo de Residência na RMS e Grau de Instrução
Região Metropolitana de Salvador
Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Atributos	Em Reais					
	Autônomo Total		Autônomo para o Público		Autônomo para a Empresa	
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99
Sexo						
Homem	563	504	531	438	645	712
Mulher	246	269	235	249	330	395
Cor						
Negra	365	353	345	318	446	506
Branca	783	681	644	550	1180	1069
Faixa Etária						
10 a 17 anos	106	82	100	74	118	103
18 a 24 anos	338	250	317	230	376	295
25 a 39 anos	517	434	450	380	804	653
40 anos e mais	450	484	404	397	791	1013
Posição na Família						
Chefe	608	538	540	452	897	914
Cônjuge	244	287	231	267	381	433
Filho	256	261	239	230	287	340
Outra	371	277	347	258	433	328
Tempo de Residência RMS						
Até 3 anos	467	426	415	296	571	764
Mais de 3 anos	417	403	380	354	563	610
Grau de Instrução						
Analfabeto	225	169	216	170	295	161
1o. Grau Incompleto	342	259	339	252	356	294
1o. Grau Comp/2o Grau Incomp	514	433	477	413	618	500
2o. Grau Completo/3o Grau Incomp	958	677	798	568	1304	972
3o. Grau Completo	(1)	1277	-	1011	-	1716

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE

PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Elaboração própria

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

(2) Inflator utilizado - IPC da SEI. Valores em Reais de Dezembro de 2001.

Exclusivos os Autônomos que não tiveram remuneração no mês.

Na análise da evolução os trabalhadores autônomos apresentam queda do seu rendimento, configurada na deterioração da renda dos trabalhadores por conta-própria para o público. Os trabalhadores autônomos para a empresa são responsáveis pela relativa estabilidade do rendimento dos autônomos. Os donos de negócio familiar têm crescimento da sua remuneração, enquanto os empregadores apresentam retração dos seus rendimentos.

A deterioração do vínculo empregatício, com crescimento do trabalho sem carteira assinada, não parece ter afetado os rendimentos dos assalariados. A queda do rendimento dos assalariados é determinada principalmente pela retração da remuneração dos trabalhadores com registro em carteira e dos funcionários públicos.

Por fim, a melhora das condições de inserção dos empregados domésticos se reflete também nos rendimentos, tanto para os empregados domésticos mensalistas, como para os empregados domésticos diaristas. Cabe ressaltar, no entanto, que mesmo diante do alto percentual de ocupados como empregados domésticos na RMS, a média dos rendimentos não chega, nem mesmo para o empregado doméstico mensalista, ao salário mínimo determinado por lei¹⁸.

¹⁸ Salário Mínimo em abril de 2002: R\$ 180,00.

Tabela 7
 Rendimento Real Médio (1) dos Ocupados por Posição na Ocupação
 Região Metropolitana de Salvador
 Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Posição na Ocupação	Período		Em Reais
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	
Autônomo	419	404	
Para o Público	381	352	
Para a Empresa	564	618	
Dono de Negócio Familiar	612	781	
Empregado Doméstico	142	156	
Mensalista	145	159	
Diarista	122	133	
Total Informal (2)	353	336	
Assalariado	960	695	
Com Carteira Assinada	845	657	
Sem Carteira Assinada	280	304	
Setor Público	1453	1017	
Empregador	2535	1948	

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE
 PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Elaboração própria

Nota: (1) Inflator utilizado - IPC da SEI. Valores em Reais de Dezembro de 2001.

Exclusive os Ocupados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Inclui Trabalhadores Autônomos, Donos de Negócio Familiar e Empregados Domésticos.

3 Conclusões

Os resultados apresentados sobre a estrutura do emprego na Região Metropolitana de Salvador revelam a situação de deterioração do mercado de trabalho. A informalidade, por sua vez, ganha novas dimensões na RMS, na medida em que se destaca como importante espaço de ocupação de parte relevante de trabalhadores, antes incorporados ao setor regulamentado da economia. Há, portanto, entre os anos oitenta e noventa, uma mudança qualitativa da informalidade. Devido ao limitado crescimento dos setores protegidos e a maior dificuldade de inserção dos homens, chefes de família, e indivíduos com maior nível educacional, no mercado de trabalho metropolitano, ocorre um deslocamento de parte desta população para atividades até então consideradas marginais e reservadas aos mais jovens, no seu primeiro contato com o mercado de trabalho, ou aos mais idosos, mulheres e indivíduos com baixo nível de qualificação.

Essa nova informalidade é resultado da rigidez da situação de desemprego, configurado no desemprego de longa duração, e da intensa redução do nível de assalariamento formal. Cabe ressaltar, no entanto, que apesar da informalidade representar importante setor na estratégia de ocupação local, não é capaz, no período de análise, de absorver toda mão-de-obra disponível, resultando no crescimento do desemprego de longo prazo,

com destaque para o incremento do desemprego oculto pelo trabalho precário. Desta forma, do ponto de vista do incremento ocupacional, o assalariamento formal perde importância no mercado de trabalho regional e amplia-se a heterogeneização da estrutura ocupacional a partir do incremento das relações de trabalho não regularizadas legalmente, em detrimento da auto-ocupação.

Por fim, cabe ressaltar que, embora, o trabalho informal, seja caracterizado pela inserção precária, a informalidade não é obrigatoriamente sinônimo de marginalidade, exclusão, ou pobreza, e na Grande Salvador ela pode vir a ser também uma estratégia bem sucedida de inserção e ascensão sociais, frente aos postos de trabalho assalariados com ou sem registro.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, P. H. de & AZEVEDO, J. S. G. de. (1999) *Perfil sócio-econômico do trabalhador informal de Salvador*. Salvador: FCE/UFBA, abril, 101p. (Relatório de Pesquisa)
- BRAGA, T. & FERNANDES, C. M. (1999) Informalidade e ocupação não-registrada na Região Metropolitana de Salvador. *Bahia Análise e Dados: Trabalho*. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, v. 8, n. 4, março, pp. 27-35.
- CACCIAMALI, M. C. (1989) *Informalização recente do mercado de trabalho brasileiro*. Ministério do Trabalho. Texto para Discussão, n. 19, novembro, 62p.
- _____ (1983) *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. São Paulo: IPE/USP, 144 p. (Tese de Doutorado)
- CACCIAMALI, M. C. & BRAGA, T. 2002. Políticas públicas voltadas para o setor informal. IN: CHAHAD, J.P.Z. (coord.) *Estudos e análise com vistas à definição de políticas, programas e projetos relativos ao mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: FIPE/MTE, janeiro, 82p. (Relatório de Pesquisa)
- DIEESE/AFL-CIO. (2001) *Situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: DIEESE, 352 p.
- FAGUNDES, M. E. M. (1992) *Informalidade na Região Metropolitana de Salvador: Um estudo exploratório*. Salvador: FCE/UFBA, 201p. (Dissertação de Mestrado)
- SEADE/DIEESE. (1998) *Pesquisa de Emprego e Desemprego: Manual do Entrevistador*. São Paulo, 106 p.
- SEADE/DIEESE. (1995) *Pesquisa de Emprego e Desemprego: Conceito, metodologia e operacionalização*. São Paulo, dezembro.
- SEI/SETRAS/UFBA-FCE/DIEESE/SEADE (1996-1999) *Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador*. Salvador.
- SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE (1987-1988) *Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador*. Salvador.
- SOUZA, P. R. (1980a) *A determinação dos salários e do emprego em economias atrasadas*. Campinas: IFCH/UNICAMP. (Tese de Doutorado)
- _____. (1980b) *Emprego, salário e pobreza*. Economia e Planejamento. São Paulo: Hucitec.
- TOKMAN, V. (1987) El sector informal: Quince años después. México: *El Trimestre Económico*, v.LIV, n.215, jul-set, pp.513-536.